

# *Residentes Não Habituais*

*Regime jurídico-fiscal  
aplicável*



**TFRA<sup>®</sup>**

# *Residentes Não Habituais*

*Regime Jurídico-Fiscal  
aplicável*



# SUMÁRIO

- I. Residência Não-Habitual
- II. Requisitos e Duração
- III. Outras características do regime
- IV. Tributação
  - A. Rendimentos obtidos em Portugal
  - B. Rendimentos obtidos no Estrangeiro
- V. Comparação com outros regimes



Abril de 2018

---

## *I. RESIDÊNCIA NÃO-HABITUAL*

- Regime fiscal mais favorável com o objetivo de atração de fatores de produção para Portugal (criado pelo Decreto-Lei 249/2009 de 23 de Setembro).
- A base do regime é a tributação da pessoa física, residente em Portugal, melhorado com várias isenções e redução de aliquota.
- Distinção entre rendimentos de origem portuguesa e rendimentos de origem estrangeira.

## *II. REQUISITOS E DURAÇÃO*

- Não residência fiscal em Portugal durante os 5 anos antecedentes (poderá ser solicitado comprovativo através de certificado de residência fiscal)
  - Aquisição de residência fiscal portuguesa
    - ✓ Mais de 183 dias seguidos ou interpolados em território português, em qualquer período de 12 meses com início ou fim no ano em causa;
    - OU
    - ✓ Dispor, num qualquer dia daquele período de 12 meses, de habitação em condições que façam supor intenção atual de a manter e ocupar como residência habitual.
  - Inscrição como residente não habitual até 31 de Março do ano seguinte ao do ano de inscrição como residente (ex. 2017 - registo até 31 de Março de 2018)
  - Regime aplicável por um período de 10 anos - geração de direito adquirido
-

### III. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO REGIME

- Sujeição ao regime dos residentes (“worldwide taxation”);
- Declaração de rendimentos;
- Não há obrigação de declarar bens e direitos (Excepção: contas bancárias no exterior);
- Residentes para efeitos dos Acordos de Dupla Tributação (ADT).

### IV. TRIBUTAÇÃO

#### A. RENDIMENTOS OBTIDOS EM PORTUGAL

##### A.1 Rendimentos de trabalho e empresariais

- Tributação à alíquota fixa de 20%, se provenientes das seguintes atividades:
    - ✓ Arquitetura, engenharia ou geologia;
    - ✓ Teatro, bailado, cinema, rádio e televisão, canto, escultura, música, pintura;
    - ✓ Auditoria e consultoria fiscal;
    - ✓ Medicina e medicina dentária;
    - ✓ Ensino universitário;
    - ✓ Psicologia;
    - ✓ Arqueologia, biologia, técnicas e outras similares na área da informática, serviços de informação, agência de notícias, investigação científica e desenvolvimento;
    - ✓ Design;
    - ✓ Investimento, administração e gestão de empresas promotoras de investimento produtivo, desde que se verifique afetação a projetos elegíveis com contrato de concessão de benefícios fiscais celebrado ao abrigo do Código Fiscal do Investimento
-

## IV. *TRIBUTAÇÃO*

### A. RENDIMENTOS OBTIDOS EM PORTUGAL

#### A.1 Rendimentos de trabalho e empresariais

- Quando não sejam enquadráveis numa das referidas categorias, o regime a aplicar será o dos residentes habituais em Portugal:
  - ✓ Alíquota geral máxima de 48% para rendimentos mais elevados

#### A.2 Rendimentos de capital, prediais e mais valias

- Tributação autónoma à alíquota de 28%:
  - ✓ Juros
  - ✓ Dividendos
  - ✓ Mais valias (ganhos de capital)
  - ✓ Rendimentos prediais (imobiliários)
  - ✓ Royalties e rendimentos de propriedade industrial
  - ✓ No caso de juros, dividendos, royalties e rendimentos de propriedade industrial pagos por entidades domiciliadas em jurisdições blacklisted a alíquota é de 35%

## IV. TRIBUTAÇÃO

### B. RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

#### B.1 Rendimentos de capital, empresariais, prediais e mais valias

- ✓ Juros
- ✓ Dividendos
- ✓ Mais valias (ganhos de capital)
- ✓ Rendimentos prediais (imobiliários)
- ✓ Rendimentos empresariais
- ✓ Royalties e rendimentos de propriedade industrial

Isentos de tributação desde que:

- a) Os rendimentos possam ser tributados no país de origem, no âmbito de Acordo de Dupla Tributação celebrado entre Portugal e o respetivo Estado; ou
- b) Os rendimentos possam ser tributados no Estado de origem, de acordo com o modelo de convenção fiscal da OCDE (excluindo as jurisdições *blacklisted*) mesmo não tendo sido celebrado ADT e, não sejam estes rendimentos considerados obtidos em território português pelos critérios estabelecidos na lei portuguesa.

**No caso do Brasil estes requisitos encontram-se preenchidos**

## IV. *TRIBUTAÇÃO*

### B. RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

#### B.2 Rendimentos de pensões

- ✓ Isentos de tributação desde que:
  - ✓ Os rendimentos possam ser tributados no país de origem, no âmbito de ADT celebrado entre Portugal e o respetivo Estado; ou
  - ✓ Não sejam considerados rendimentos obtidos em território Português pelos critérios estabelecidos na lei Portuguesa.

**No caso do Brasil estes requisitos encontram-se preenchidos**



## RENDIMENTOS DE FONTE BRASILEIRA

	BRASIL	PORTUGAL
Dividendos	Isenção	Isenção
Juros	15%	Isenção
Mais-Valias	Variável	Isenção
Imobiliário	15%	Isenção

## DIVIDENDOS DE FONTE ESTRANGEIRA

	BRASIL
BRASIL	27,5%
PORTUGAL	Isenção

## RENDIMENTOS DE FONTE ESTRANGEIRA

Dividendos	Isenção
Juros	Isenção
Royalties	Isenção
Imobiliário (rendas)	Isenção
Ganhos de capital (mais valias)	Isenção

Desde que potencialmente tributados no Estado de origem ao abrigo do ADT aplicável ou convenção modelo OCDE (na ausência de ADT).

## V. *COMPARAÇÃO COM OUTROS REGIMES*

### A. REINO UNIDO

- Regime de “Remittance Basis” - Residente não Domiciliado (Resident non-Domiciled)
- PEDÁGIO - Após 7 anos - £ 30,000 por pessoa
- Após 12 anos - £ 50,000 por pessoa
- Rendimentos obtidos no Reino Unido
- Imposto Sucessório

### B. SUÍÇA

- Regime de “lump sum taxation” - Residente não Domiciliado (Resident non-Domiciled)
- Tributação com base em valor negociado com as autoridades fiscais locais
- Interessado não pode ter rendimentos do trabalho ou empresariais de fonte Suíça

### C. ESPANHA

- Condições para aplicação do regime tributário
  - Não tenha sido residente em Espanha nos últimos 10 anos
  - A mudança tenha sido em razão de um contrato de trabalho
  - Os trabalhos devem se realizar efetivamente na Espanha
-

## PORTUGAL

### Lisboa

Av. da República, 32 - 4.º Esq.

1050-193 Lisboa

T +351 217 815 660

F +351 217 815 679

lawfirm@tfra.pt

### Funchal

Av. do Infante 8

Edifício Executivo 2.º Andar, Sala K

9000-060 Funchal - Madeira

T +351 291 202 400

F +351 291 237 188



**TFRA®**